



A MULHER E O NEGRO NA CONTEMPORANEIDADE EDUCACIONAL E SOCIAL: ACLIVES E DECLIVES

Sônia de Almeida Barbosa Grund¹

Idemburgo Felix Frazão²

Resumo: Este artigo visa salientar a privação de igualdade, no tocante ao gênero e a raça, na sociedade brasileira. Enfocará a restrição de acesso à educação, principalmente, ao ensino superior, bem como a necessidade de permanência de ações afirmativas, como meio de reparar cerceamentos históricos e garantir uma sociedade igualitária para homens e mulheres, brancos e negros, na contemporaneidade.

Palavras-chaves: Educação, igualdade social, gênero e raça.

The woman and the black in the educational and social contemporaneity: uphill and downhill

Abstract: Abstract: This article aims to highlight the deprivation of equality in relation to gender and the Brazilian race. Focus on restricting access to education, especially higher education, and the need to stay affirmative action as a means of redress historic fenced off and ensure equal society for men and women, whites and blacks, in contemporary.

Keywords : Education, social equality, gender and race.

Introdução

Para as reflexões acerca da restrição de acesso da mulher e do negro ao ensino superior e do preconceito social, na contemporaneidade, neste trabalho, serão privilegiados alguns dos estudos dos seguintes especialistas: Primo¹, Rocha e Rodrigues², Rocha e Novikoff³, Silva⁴, Silva⁵ e Vieira⁶, além de determinados sites, cujas notícias venham elucidar o tema, em estudo. O debate faz-se necessário, a fim de denunciar, no Brasil, a frequente discriminação destinada tanto à mulher, quanto ao negro.

¹ Mestre em Língua Portuguesa –UERJ e Doutoranda em Humanidades, Culturas e Artes-UNGRANRIO, prof^a. das redes municipal e estadual do Rio de Janeiro

² Prof. Dr. Adjunto do PPG- Inter-Humanitas, Dr. Em Literatura Comparada –UFRJ e Mestre em Literatura Brasileira-UERJ; Bolsista de Produtividade – Funadep- UNIGRANRIO.



Os termos “Gênero” e “Raça”, nesta apresentação, empregar-se-ão em referência a “masculino/ feminino” e a “brancos/ negros”, respectivamente. Inexiste, neste artigo, a pretensão de expor um ou outro grupo como superior. O que se enfatizará é o desnível no que tange à vivência de direitos para homens e mulheres, bem como, para brancos e negros.

A supremacia de uma elite branca e masculina foi implantada no Brasil, desde a instituição dos primeiros bancos escolares. Na atualidade, essa dominação não condiz com o sistema democrático brasileiro, todavia, há resquícios históricos que exibem diferenças cruciais de acesso igualitário do gênero feminino e da classe negra às universidades, como também práticas preconceituosas no cotidiano real e virtual, afetando, física e psicologicamente, mulheres e afro descendentes na vida social.

*(...) de 1500 a 1822 (...) tantas as mulheres brancas, ricas, ou empobrecidas, como as negras escravas e as indígenas não tinham acesso de ler e escrever (...). O sexo feminino fazia parte do *imbecilitus sexus*, ou sexo imbecil “ (Lopes, 2003, p.79).*

54

1. A mulher e o Ensino Superior.

A humanidade é composta por homens e mulheres: brancos, negros ou índios. Isso é consenso em qualquer boa enciclopédia, nas mais diferentes línguas de todo o mundo. Não há, pois, razões para estarecimentos diante de tal conceito. O que, todavia, torna-se preocupante, a cada instante, é a disparidade de tratamentos, no que se refere a direitos e deveres, dados a certas pessoas, conforme o seu gênero ou mesmo a sua raça. O presente capítulo pautar-se-á, especificamente, acerca da mulher, que apesar de estar na era moderna ainda sofre inúmeras injustiças.

No âmbito universitário, por exemplo, estudos enfatizam que “ *(...) no ano de 2002, 56,5% das matrículas no ensino superior eram de mulheres; que lideravam igualmente o rol dos concluintes (62,9%)*” (Vieira, 2010 p. 200). Esse resultado é importante, porém, ínfimo, levando-se em conta que em 1887, Rita Lobato⁷ corou a classe feminina como a primeira mulher brasileira a se bacharelar em medicina. Existe, por conseguinte, uma lacuna enorme no percurso educacional feminino. O aconteceu?



Como ponto para reflexão sobre as possíveis causas desse vazio universitário para as mulheres, é conveniente folhear algumas das páginas educacionais⁸, ao longo dos anos, a começar por 1549, época do ensino jesuítico, no Brasil colônia, em que a educação era destinada à elite branca e masculina. A mulher, pois, era vista com três requisitos: esposa (a *femina*), progenitora (a *matter*) e a dona de casa (a *domina*). Com esses atributos, no máximo, a mulher aprendia a ler para conhecimento religioso e, ainda assim, em seu lar, com um preceptor.

Muitos anos depois, a mulher alcançou os bancos escolares, porém, numa divisão sexista: ficava em salas distantes dos ambientes masculinos e não usufruía da totalidade dos conteúdos curriculares. Enquanto os meninos estudavam matérias ditas racionais ou de tomada de decisão, como matemática e a geometria, às meninas destinavam-se o aprendizado de prendas domésticas, corte e costura e etiqueta. A leitura e a escrita eram mínimas e o aprendizado do cálculo baseava-se no conhecimento das quatro operações matemáticas: somar, subtrair, multiplicar e dividir.

Não obstante em 1854, Dom Pedro II ter transformado o ensino primário e superior, as meninas foram ignoradas quanto ao ensino médio. Como este ficou sob administração das províncias, seus governantes cercearam o ingresso feminino a esse nível escolar, alegando que as mulheres não necessitavam saber mais do já aprendido no ensino primário.

A mulher, nessa trajetória de hegemonia masculina, evidentemente, seguiu seus estudos a passos lentos. Vinculada à dificuldade para escolarizar-se, sofreu fortes restrições ao mercado de trabalho. Por longas datas, ela não podia sequer pensar em exercício profissional remunerado: era considerada submissa ao homem e, perante toda a sociedade, deveria cumprir seu “papel” de esposa, mãe e dona de casa.

O sustento da família era providência do homem. Com o passar dos anos, a esposa que teve de auxiliar ao marido, financeiramente, o fez, camufladamente, com ofícios domésticos: lavagem e passagem de roupas alheias, corte e costura, etc. Em todas essas funções, recebiam pagamentos irrisórios e pouco reconhecimento social. Ainda na atualidade, muitas trabalham nessas condições e sem vínculo trabalhista, apesar da lei das domésticas em vigor⁹.

Diante de tamanha desvalorização da camada feminina no campo dos estudos e, conseqüentemente, do trabalho, há um considerável percentual de mulheres



privadas do acesso ao nível superior. Várias delas além de não conseguirem conciliar sua jornada diária como mães, donas de casa e estudantes, nas faculdades públicas, ganham valor insuficiente para custear seus aprendizados, na rede particular.

A aparente soberania feminina, no nível superior, ao liderar o número de matrículas (52 %) e o de conclusão (62,6%) supracitada nos estudos (Vieira, 2013. P.200), deve instigar o leitor às seguintes problematizações:

- a) em quais cursos essas mulheres se inscrevem?
- b) elas estudam nas universidades públicas ou privadas?
- c) estudam no turno diurno ou noturno?
- d) como fazem para custear seus cursos?

Além dessas indagações importantes, pertinente torna-se também relembrar com Vieira que mesmo a partir de 1971, com um crescente ingresso da mulher na universidade, houve:

Uma interdição simbólica”, ela ainda sob a antiga prática curricular sexista, matriculava-se em cursos menos interessados pelos homens: “(...) Assim formações como Enfermagem, Secretariado, Serviço Social, Pedagogia, Letras, no campo da Ciências Sociais e Humanas; e Nutrição e enfermagem no campo das ciências Biológicas, aquelas que não ofereciam oposição à vocação feminina (...). (VIEIRA, 2010. P.202)

56

Enfim, muitas outras análises seriam viáveis acerca da disparidade de igualdade de gênero e, indubitavelmente, apontariam à constatação de que a classe feminina padeceu e ainda luta para simplesmente ter acesso aos estudos, ter condições psicológicas e financeiras para neles permanecerem.

O Brasil melhorou a conduta, ao longo dos anos? Evidente que sim. A mulher tem marcado presença em diferentes setores, como na Medicina, na Engenharia, na aviação, etc., mas tudo ainda é muito insuficiente para o que lhe é devido. Essa lacuna levará séculos para ser preenchida. Os brasileiros, portanto, estão, por enquanto, “gatinhando” até chegar ao ideal de igualdade ente os gêneros.

A mulher e as mídias digitais- Nem tudo são flores.



A comunicação interativa é função humana. As gesticulações ou os hieróglifos foram deixados para trás ou associados às palavras orais e escritas. De uma forma ou de outra, a sociedade vive a interatividade. Durante anos, o bilhete, a carta, o jornal impresso e, mais tarde, o televisivo, foram os meios pelos quais os acontecimentos longínquos chegavam à ciência do povo

Na atualidade, os meios de comunicação são inúmeros e basta um aparelho, o telefone, para que o cidadão brasileiro tenha televisão, rádio, internet com as mais diversas programações. Diferentemente de um bom livro ou mesmo de um plano de saúde ou uma boa escola, as mídias digitais, sociais são de amplo acesso de toda a população. Em instantes, tudo pode ser postado, original ou modificado, é compartilhado.

É procedente observar como a figura feminina está sendo retratada nessas mídias. Afinal, por décadas, viu-se a mulher no papel de “objeto sexual” em revistas voltadas para o público masculino, em programas de TV, no cinema, etc. E hoje, o que mudou?

A indagação supra faz-se necessária, pois apesar de algumas mulheres ascenderem aos mais diferentes níveis de estudo, de trabalho ou status social, ainda são vistas, grandemente, pelo viés da sensualidade e erotismo. Exemplificação desse paradigma há nos anúncios publicitários, nos comerciais de TV, principalmente os de cerveja¹⁰, durante os programas de futebol, momento em que há audiência de grande público masculino.

A sociedade parece acostumar-se ao estereótipo feminino ora como a bela encantadora, ora como a vulgar desenfreada que merece ser apedrejada. Em muitas das vezes, esses julgamentos provêm da camada masculina ou até de uma parte feminina, manipulada pelo desconhecimento de memória histórica. Atitudes assim culminam em violência verbal e física contra a mulher. Às vezes, iniciam-se nas redes sociais e finalizam-se na vida real.

Um recente acontecimento dessa categoria de violência ocorreu com a apresentadora da TV Record, Ana Hickmann¹¹. A modelo, em sua rede social, postou cenas de sua rotina, atendendo, assim, aos seus fãs. Não imaginava, porém, que um deles ousaria confundir o mundo virtual com o real. Após declarar-se a ela e não ter êxito, espreitou-a e a atacou, com expressões chulas e tiros. Trata-se, segundo a



polícia, de um psicopata. Mas isso também é reflexo do preconceito concebido em relação à ideia de posse masculina: “Já que ela se mostrou demais e não o correspondeu, merece morrer”.

Nas redes sociais de pessoas comuns fatos semelhantes surgem. Há situações em que muitos namorados, descontentes com o final do relacionamento, ameaçam as mulheres com expressões indelicadas, através de mensagens. Outras vezes, a agressão contra a mulher ocorre por meio de compartilhamento de fotos ou filmes íntimos ao grande público. Os autores apresentam papéis sociais diferentes: ex-maridos ou ex-namorados, colegas ou mesmo estranhos que ‘raqueiam` imagens de femininas e as expõem, publicamente. Enfim, todos os que dessa forma agem, sentem-se proprietários das mulheres, retomando a antiga sociedade patriarcal.

A responsabilidade dos atos contra a mulher, por vezes, está tão enraizada culturalmente que o povo desprovido de senso crítico, acaba condenando a mulher, mesmo quando certas situações não deixam dúvidas de sua vulnerabilidade. É o que a mídia tem apresentado, ultimamente, ao relatar o estupro coletivo de uma menor de 16 anos, na zona oeste do Rio de Janeiro.

Embora vídeos comprovem que a menor se apresentava desacordada, durante uma orgia sexual praticadas por homens armados, belicamente, parte da sociedade acredita que a menina é quem errou por ir a uma comunidade violenta, ou como disse um dos acusados, Rai, em depoimento à delegada: "*Ali era o lugar dos traficantes, nem era o lugar dela. Errada era ela de estar ali, Deus me livre*", disse Raí de Souza, 20 anos, em vídeo. Foi no celular de Raí que a polícia achou as principais provas do bárbaro crime: os vídeos da menina, sofrendo estupro¹².

A mulher é, portanto, condenada por várias instâncias: primeiro, pelo estado, por, na prática, não lhe garantir o direito de livre expressão; segundo, pela sociedade, que culturalmente, repete o discurso arcaico de que ao homem tudo pode e à a mulher cabem a obediência e submissão.

A classe masculina utiliza a mídia, pelos recursos diversos por que dispõe, para se favorecer, ao apresentar vídeos de atos cruéis, com legendas falsas para que outras pessoas, desprovidas de conhecimentos históricos e culturais, compartilhem e assim, contribuam para aumentar a destruição psicológica da mulher violentada física e/ou emocionalmente.



A mulher e as mídias sociais – Nem tudo são espinhos!

A rigor, não há como deixar de reconhecer a importância política da liberdade de expressão promovida pelas interfaces fáceis e baratas (ou gratuitas) dos meios digitais. Nem tampouco ignorar a força dos movimentos espontâneos em rede, cujos efeitos antes não eram possíveis pela mídia de massa (PRIMO, 2013, p.17).

Como bem aponta Primo na epígrafe acima, a mídia tem o poder fundamental de difundir os mais diversos eventos. As mulheres, portanto, não desperdiçaram esse meio e, via mídia digital, organizaram movimentos em todo o Brasil para protestarem contra a cultura da “Legitimação” de diversos tipos de maus tratos à mulher: violência doméstica, estupros, etc. Como exemplo recente é oportuno citar a ampla divulgação dos manifestos femininos, em jornais, revistas e mídias eletrônicas¹³, após a descoberta da violência sexual contra a menos de 16 anos, já dito neste artigo.

Nota-se, por conseguinte, que os mesmos meios responsáveis pela divulgação da barbárie coletiva contra a jovem carioca, também servem para auxiliá-la, primeiro ao incentivar a vítima, diante de suas fotos expostas, denunciar o caso à polícia, segundo, por, em tempo veloz, permitir que outras mulheres fizessem o mesmo a todo o mundo.

A mídia digital, nesse ponto, colabora para que torturas contra a mulher sejam amplamente divulgadas, fazendo com que toda a sociedade possa, por questões óbvias, cobrar respostas do estado e refletir acerca a mudança de conduta, no que se refere ao pensamento machista: ver a mulher como objeto de posse masculina. O que antes ficava oculto nos interiores das residências, agora é compartilhado, em forma de grito a toda a humanidade.

Decerto, é notável salientar que o desrespeito contra a mulher não surgiu na contemporaneidade. Isso desde outrora ocorre, começando pela exclusão aos estudos: sem conhecimentos acadêmicos, a mulher fica em desigualdade de lutas trabalhistas, sociais, dentre outras, todavia, o que se constata é que a mídia pode também auxiliar a mulher a fim de, em segundos, denunciar casos de agressões físicas ou emocionais às mulheres, na atualidade. Isso, poderá reduzir o sentimento de posse machista.

2. O Negro e seu percurso acadêmico e social.



Vozes D'África

*Deus! ó Deus! onde estás que não respondes?
Em que mundo, em qu'estrela tu t'escondes
Embuçado nos céus?
Há dois mil anos te mandei meu grito,
Que embalde desde então corre o infinito...
Onde estás, Senhor Deus?(...)(ALVES, 1996, p.141)*

Distante da atualidade está o poeta Castro Alves¹⁴, mas tão próximo faz-se o seu grito em favor do povo negro escravizado no Brasil. É mister, pois, questionar: a escravidão acabou? O Brasil, de fato, é uma democracia? Há preconceituosos? A fim de aclarar tais questões, é preponderante cada um olhar a sua volta e observar que o brasileiro negro ainda é deixado à margem do desenvolvimento acadêmico, financeiro e social.

Nível acadêmico

Como bem afirma Vieira, “*Os negros, diferentemente das mulheres não têm um movimento, gradualmente crescente, quanto ao acesso ao nível superior*”. (VIEIRA, 2010, p.203). Eles, mesmo após o processo de alforria, sofreram para ingressar nos níveis fundamental e médio, por preconceitos, desconhecimentos e condições financeiras.

É significativo regressar um pouco na história para constatar com que em 1854, as escolas públicas ficaram obrigadas a aceitarem alunos de qualquer cor, como informa Silva:

De acordo com o decreto n. 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854, que sancionou o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte – cujo principal objetivo foi sistematizar o controle do Estado sobre os professores em geral e, especificamente, sobre os alunos das escolas públicas (...) (SILVA, 2002, p.150).

Essa aparente igualdade estava repleta de restrições: destinavam-se aos negros que fossem livres, inclusive escravos alforriados, vacinados e não portadores de doenças infectocontagiosas. Verifica-se, pois, uma falsa abertura aos negros, isto é, permitiram-lhes a escolarização, porém, e os que ainda não estavam libertos ou que se encontravam doentes? Cabiam-lhes a exclusão.



Na expectativa do cumprimento do decreto dito acima, as famílias negras dirigiram-se às várias escolas do país, a fim de matricularem seus filhos, contudo, os governantes nada fizeram para conscientizar a população quanto à igualdade racial. A lei vigorou mais no papel do que na prática. Exemplo dessa questão é constatável nos argumentos do professor Pretextato Passos Silva¹⁵, ao solicitar a criação de uma escola para alunos negros, no Rio de Janeiro:

Em algumas escolas ou colégios, os pais dos alunos de cor branca não querem que seus filhos ombreiem com os de cor preta”. E quando os negros eram admitidos em algumas escolas, sentiam-se ignorados pelos alunos brancos e acabavam se esvaindo da escola. (**SILVA**, 2002, p.152).

A luta por direitos a um mesmo espaço escolar com os brancos parece ser uma longa jornada, inclusive quanto ao ingresso no nível superior. Vieira destaca em suas pesquisas que na última metade do século XX, os negros ganharam mais espaço no ensino médio, porém, o mesmo não ocorreu quanto ao ensino superior: “(...), os jovens negros, para titularem-se, tinham de recorrer à rede particular de ensino superior, obtendo diplomas desvalorizados no mercado de trabalho, que acentuavam ainda mais a discriminação racial de que eram vítimas”. **VIEIRA**, 2010, p.204).

61

A rede pública, na prática, destinava-se ao preenchimento de vagas da elite branca, visto que, somente aqueles que tinham estudado em bons colégios, eram aprovados para as faculdades públicas, logo a maioria negra, em razão do grande descaso governamental e social, não se apresentava em igualdade de condições com os candidatos brancos.

Houve, portanto, necessidade de se criar ações afirmativas¹⁶ para tentar sanar, ainda que lentamente, as lacunas de direitos da raça negra. Após muitas discussões, foi sancionada em agosto de 2012 a Lei nº. 12.711/2012, Lei de cotas raciais, garantindo aos negros 50% das matrículas por curso em 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologias a alunos negros oriundos do ensino médio públicos, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas seriam destinadas a quaisquer outros concorrentes.

Apesar da implantação da lei, ainda hoje se discute sobre a real necessidade dela. Uma das justificativas por parte dos que são anti cotistas é de que não há como se verificar se um candidato é ou não negro, pois basta que ele assim se declare e



isso poderia implicar fraudes. Alegam também que pessoas não negras acabariam se beneficiando de um direito exclusivo de outrem.

Existem ainda questionamentos sobre o estabelecimento da lei ser uma nova espécie de discriminação racial. Ignoradas as controvérsias, é imprescindível compreendê-la como meio de amenizar o direito usurpado de toda a raça negra ao longo dos tempos.

Seria um engano, entretanto, pensar que uma simples ação afirmativa resolveria as arbitrariedades contra os negros, repentinamente. É necessária a implantação de medidas políticas, administrativas, sociais, dentre outras, para se possam sanar problemas de infraestrutura urbana, de serviços médico e educacional básicos, bem como a inserção de condições dignas de trabalho para todos os cidadãos. Se medidas como essas não forem implementadas, brasileiros negros continuarão com desigualdades sociais, visto que é notória a superioridade de negros em condições desfavorecidas financeiramente, consequências do extremo descaso com eles há anos.

Até que se adquira igualdades de direitos, nas leis e na prática, convém manter e aperfeiçoar medidas afirmativas. Caso contrário, a classe negra perpassará outros séculos, repetindo os gritos dos escravos que ecoam em *Vozes d' África*, de Castro Alves.

Nível social

É extremamente espantoso que brasileiros, conscientes de sua miscigenação racial, ainda se deparem com práticas racistas. É mister que, concomitantemente, a implantação do termo “afrodescendente”, recomendado pela Assembleia da ONU, em 2013¹⁷, os brasileiros, em maioria, passou a fazer uso da expressão ao referir-se a alguém de pele negra, porém, cabe questionar-se até que ponto uma simples mudança de nomenclatura se torna capaz de alterar a conduta moral de certas pessoas: as preconceituosas.

O desmerecimento com a classe negra, ou seja, o olhar de superioridade em relação a ela faz-se tão presente, não só ao negro diretamente, mas também às suas



origens culturais e religiosas. Inúmeros exemplos são denunciados nos diversos meios de comunicação, como discriminados a seguir:

Nas manifestações afro religiosas, muitos são ofendidos verbal ou fisicamente. Um de tantos episódios divulgados pela mídia é o da adolescente que foi apedrejada por suas vestes afro, ao retornar de uma cerimônia religiosa: Dois jovens agrediram-na, atirando-lhe pedras, e, batendo em uma Bíblia, gritavam:

*É o diabo, vai para o inferno, Jesus está voltando". Uma das pedras atingiu Kayllane na cabeça e lhe deixou um grande corte que sangrou muito. Os dois agressores fugiram de ônibus. A menina desabafou:
Achei que ia morrer. Eu sei que vai ser difícil. Toda vez que fecho o olho, eu vejo tudo de novo. Isso vai ser difícil de tirar da memória", afirmou Kayllane Campos, uma menina de onze anos, ferida no domingo dia 14 de junho, quando saía de uma cerimônia de candomblé em um subúrbio carioca, com sua avó e outros participantes, todos vestidos com as roupas brancas de santo¹⁸.*

Cabe enfatizar ainda que intolerância religiosa ocorre com diversas denominações, contudo, a religião de matriz africana é mais alvejada, em termos de discriminação, veja o que foi destacado por ROCHA e RODRIGUES, ao citar Silveira:

(...) historicamente, as expressões e manifestações de fé ligadas aos terreiros e conseqüentemente vinculadas à origem africana sofreram perseguições, mais agressivas ou mais moderadas, dependendo dos interesses em jogo. (...) A opressão dos tempos coloniais, manteve-se mesmo depois da independência política e da proclamação da República, silenciando, encobrendo e entrincheirando as religiões de matrizes africanas e acoessando e reprimindo e vilipendiando seus adeptos em uma evidente dificuldade em conviver com o outro. (...). (ROCHA e RODRIGUES, 2013, p.111).

As características físicas são outra forma que muito incomodam os racistas brasileiros. Eis a razão por que as delegacias de crimes de informática estão sempre recebendo denúncias de internautas que utilizam face books ou outros meios para, com ofensas verbais, ridicularizarem pessoas negras pelas demonstrações de autoestima, no tocante, principalmente aos penteados afros. Note o depoimento da atriz Thays Araújo:

É muito chato, em 2015, ainda ter que falar sobre isso, mas não podemos nos calar: na última noite, recebi uma série de ataques racistas na minha página. Absolutamente tudo está registrado e será enviado à polícia federal. E eu não vou apagar nenhum desses comentários. Faço questão que todos sintam o mesmo



que senti: a vergonha de ainda ter gente covarde e pequena nesse país, além do sentimento de pena dessa gente tão pobre de espírito. Não vou me intimidar, tampouco abaixar.¹⁹

É necessário destacar que a maioria das denúncias são feitas por negros famosos, isto é, falta à população dados de muitas outras pessoas anônimas, que sofrem com intolerâncias raciais.

No mercado de trabalho, poucos negros usufruem de prestígio social. Existem destaques importantes como o ex-ministros do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, jornalistas como Glória Maria, Eraldo Pereira (TV Globo) e alguns outros dessa emissora e de outras também. Os exemplos em destaque, aqui, não devem ser entendidos reparação histórica ampla, pois uma grande maioria de pessoas negras ainda vivem em condições péssimas de trabalho ou nem mesmo tem emprego.

No cotidiano dos anônimos, os preconceitos são gigantes, basta relembrar o noticiário sobre o gerente de supermercado, Paulo Roberto Gonçalves Navaro, 45 anos que foi ordenado por uma cliente branca a voltar para "*Volta para sua senzala*" e '*quilombo*', apenas por ela ter ouvido dele a negação de uma função que não lhe cabia fazer no momento. Como afirmou a própria vítima ao G1" *Infelizmente é muito triste que hoje em dia aconteça isso*"²⁰.

64

Considerações finais

Por mais que se discuta ou pesquise, não se chegará a uma resposta digna para a existência de discriminações contra a mulher e/ou contra o negro. É notável, todavia, que a mulher, sendo negra, sofre duplamente, já que o Brasil tem, em sua constituição social, a implantação de um pensamento favorável à elite branca e masculina.

A classe negra, tanto no aspecto feminino quanto no masculino, ainda carrega o pesado fardo histórico. Sem muito esforço, o leitor lembrará da forma pela qual os africanos foram trazidos ao Brasil. Já escravizados, tratados como animais, mercadorias para enriquecimento dos brancos. Se desde o início da formação do Brasil, negros foram privados do seu direito de ir e vir, de se alimentarem das mesmas refeições dos brancos, de ingressarem nas escolas, como hoje poderiam estar livres?

Todos circulam sim pelos espaços dos brancos, porém, são, a todo tempo, agredidos por uns e outros racistas com seus olhares discriminatórios, ainda que



disfarçadamente. Aos negros cabem a árdua tarefa de justificar o direito tardio de uso de cotas raciais nas faculdades; ainda são confundidos com marginais, pelo simples tom de pele, embora, como afirma Silva: “*A moderna genética demonstrou que não existe nenhum conjunto de critérios físicos e biológicos que autorize a divisão da humanidade em qualquer número determinado de raças*” (SILVA, 2005, p.100)

O absurdo de tudo isso é que práticas racistas ocorrem em um país democrático, onde direitos e deveres deveriam estar em um mesmo plano para todos. De fato, negros, assim como as mulheres devem pagar seus impostos, mas quando aos direitos são sempre alvos de preconceitos. Um dos exemplos são o uso de conectivos em frases ditas regularmente por diferentes pessoas de diversas classes sociais: “Deputada Tieron é negra, **mas** é bonita e inteligente”. (Domingo espetacular de 3/7/16), “É mulher, **mas** dirige bem” (falas cotidianas por alguns homens comuns).

Em suma, tudo o que já foi dito torna notória a existência de ações afirmativas a favor do negro, da classe pobre e do alunado da rede pública de ensino. Inúmeras pessoas se posicionam contra o sistema de cotas, entretanto, considerando a longa luta para ao negro ingressar na comunidade escolar e, por essa razão, submeter-se a trabalhos mal remunerados. Ele compõe boa parte da comunidade pobre, ou seja, as ações afirmativas, como as cotas universitárias, são de extrema relevância a fim de minimizar todo o caos provocado pela elite branca ao povo negro.

Ao longo deste estudo, visíveis foram os empecilhos presentes na vida educacional, social e profissional de mulheres e negros. Para ambos os grupos sempre reinaram as questões de poder e política. Como essas duas funções estiveram, ao longo da história brasileira, nas mãos da elite branca e masculina, mulheres e negros foram postos em posição subalterna.

Cabe à sociedade, que almeja mudanças, não só reconhecer a barbárie contra gênero e raça, como também repensar as formas de ressarcir moralmente a população feminina e a negra, cobrando das autoridades implantações de ações afirmativas, reais, bem como exigir uma renovação curricular quanto ao ensino superior; refletir sobre o currículo ministrados a essas classes, a fim de que a educação não continue mostrando a elite branca e masculina como padrão social e intelectual.



Referências Bibliográficas

ALVES, Castro. *Poesias Completas*: Rio de Janeiro: Ediouro, 1996

LOPES, Eliane Marta Teixeira (Org.) et alii. *500 Anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PRIMO, Alex (org.). *Interações em Rede*. Porto Alegre: Sulina, 2013.

ROCHA, José Geraldo da et RODRIGUES, Luana. “As Sagas da Intolerância religiosa”. In: LIMA, Jacqueline (org.) et alii. *Pensando a História: Reflexões sobre as possibilidades de se escrever a História Através de perspectivas Interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. “A escola de Pretextato dos Passos e Silva: questões a respeito das práticas de escolarização no mundo escravista” In: *Revista Brasileira de História da Educação*, nº 4 jul./dez. 2002 Brasília: MEC, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de Identidade: uma Introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

VIEIRA, Andrea Lopes da Costa. “Questões sobre o ensino superior na contemporaneidade. O acesso e a igualdade em uma breve digressão sobre gênero e raça”. In: ROCHA, José Geraldo da et NOVIKOFF, Cristina. *Desafios da Práxis Educacional à Proporção Humana Na Contemporaneidade*: Espalhafato, 2010.

66

Notas Explicativas e Bibliográficas

1-Alex Primo -Professor de Comunicação (PPGCOM//UFRGS), doutor em Informática na Educação (PGIE/UFRGS), mestre em Jornalismo pela Ball State University; coordenador do Laboratório de Interação Mediada por Computador (PPGCOM/UFRGS).

2-ROCHA- Dr. em Mestre em Teologia (PUC-RJ), prof. Do curso de Doutorado de Humanidades, Culturas e Artes da UNIGRANRIO; RODRIGUES – graduada em História pela UNIGRANRIO.

3-ROCHA- Dr. em Mestre em Teologia (PUC-RJ), prof. Do curso de Doutorado de Humanidades, Culturas e Artes da UNIGRANRIO; NOVIKOFF -Dra. em Educação



(Psicologia da Educação) (PUCSP). Atua nos Programas de stricto sensu em Letras e Ciências Humanas da Universidade do Grande Rio – UNIGRANRIO.

4- SILVA Doutoranda em história pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e mestre em educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

5-SILVA- Tomaz Tadeu da Silva é Ph. D. (Stanford University -1984). Atualmente é professor colaborador do Programa em Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Seu

6-VIEIRA- Dra. Em Sociologia e profa. Da UNIRIO.

7- Rita Lobato In: <https://lusopatia.wordpress.com/2013/03/07/rita-lobato-uma-conquista-feminina-na-historia-do-brasil/>

8-(LOPES, 2003, p.79-94)

9- **PEC das domésticas**. In: <http://www.lalabee.com.br/blog-category/pec-das-domesticas/>, em 16/8/16, às 13h

10-/ Na publicidade, o machismo é a regra da casa. IN: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/machismo-e-a-regra-da-casa-4866.html>, em 10/8/16, às 13h

11- Exclusivo: abalada, Ana Hickmann relata momentos de terror na mira de atirador. In: <http://noticias.r7.com/domingo-espetacular/videos/exclusivo-abalada-ana-hickmann-relata-momentos-de-terror-na-mira-de-atirador-22052016>, às 10 h.

12-<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/ali-era-o-lugar-dos-trafficantes-diz-suspeito-de-estupro-coletivo-no-rio.html>) ou “Ela é quem errou por ir ao reduto dos traficantes” (*Bom dia Rio*, de 07/6/16, às 7h)

13- Reações ao estupro coletivo da jovem carioca mostram um país indignado. In: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/27/politica/1464360226_852010.html, , 11/8/16, às 13 h.

14-Castro Alves- poeta baiano da 3ª. Geração romântica, fez poesia de denuncia social, defendendo o povo e principalmente os negros.

15- O professor Pretextato lutou para criar a primeira escola exclusiva para “pretos e pardos” no século XIX.



16- Ações afirmativas e as cotas para negros nas universidades. In:
[http://www.ambito-](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=4484&revista_caderno=9)

[juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=4484&revista_caderno=9](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=4484&revista_caderno=9)

17- Década Internacional de Afrodescendentes. In:
<https://nacoesunidas.org/tema/decada-afro/>

18-- <http://g1.globo.com/pop-arte/blog/yvonne-maggie/post/menina-apedrejada-fanatismo-e-intolerancia-religiosa-no-rio-de-janeiro.html> Quinta-feira, 18/06/2015, às 13:50, por [Yvonne Maggie](#).

19- http://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2015/11/01/interna_diversao_arte,504683/somostodostaisaraujo-atriz-e-vitima-de-ataques-racistas-no-facebook.shtml

20- <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/05/mulher-e-presasuspeita-de-racismo-em-supermercado-na-zona-sul-do-rio.html>

21- Lulu Santos cantor de *Assim Caminha a Humanidade*. <https://www.lettras.mus.br/lulu-santos/35065>.